

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
COM LOTES RESERVADOS PARA ME/EPP (LOTES 01, 03 e 05)  
PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 106/2019  
PROCESSO Nº 59310/2019**

MUNICÍPIO DE CAJATI - SP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), REPELENTES E CREME BLOQUEADOR SOLAR PARA USO DOS SERVIDORES DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA MUNICIPALIDADE CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ATRAVÉS DE SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS).

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DE ABERTURA: **09/08/2019**

HORÁRIO DA DISPUTA: 10:00 HORAS

ENDEREÇO ELETRÔNICO DA DISPUTA: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).

O MUNICÍPIO DE CAJATI/SP torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, **VALOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), REPELENTES E CREME BLOQUEADOR SOLAR PARA USO DOS SERVIDORES DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA MUNICIPALIDADE CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ATRAVÉS DE SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**, obedecendo integralmente a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto 3.555 de 08 de agosto de 2000, o Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, o Decreto 5.504 de 05 de agosto de 2005, Decretos Municipais nº 591/05, de 31 de maio de 2005 e nº 603/05, de 23 de agosto de 2005, a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações e Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

A presente licitação terá os lotes **01, 03 e 05** reservados às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso III, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

Recebimento das propostas a partir das 08 horas de 18/07/2019 até as 08h59min do dia 09/08/2019.

Abertura das propostas: às 09 horas de 09/08/2019.

**Início da sessão de disputa de preços: às 10 horas do dia 09/08/2019.**

LOCAL: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br) "Acesso Identificado no link – licitações públicas". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo 01 – Especificações dos produtos e condições de entrega e pagamento.

Anexo 02 – Modelo de declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação

Anexo 03 – Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital

Anexo 04 – Modelo de declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP)

Anexo 05 – Termo de credenciamento para participação – nomeação de representante

Anexo 06 – Modelo de ficha técnica descritiva dos produtos

Anexo 07 – Declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho

Anexo 08 – Declaração de não parentesco e quadro societário

Anexo 09 – Minuta da Ata de Registro de Preços



### **01 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

01.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.

01.2 Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro indicado pela Portaria nº 1.183, de 17 de julho de 2019, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLL compras” constante na página da Internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL ([www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br)).

01.3 O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

### **02 – RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

2.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

### **03 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação, **sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto solicitado.**

03.2 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante no anexo 04 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto anexo 6, seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate. (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações).

03.3 Poderão participar deste Pregão Eletrônico às empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, com o Anexo 05;

03.4 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas;

03.5 Que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Prefeitura do Município de Cajati ou com a Administração Pública, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública perante os Tribunais de Contas;

03.6 Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, telefone: (041) 3042-9909 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

03.7 A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de funcionamento;

03.8 A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Termo de Credenciamento (instrumento particular de mandato), declarando cumprir as exigências do Edital, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão, conforme modelo do Anexo 05;



b) Ficha técnica descritiva (única), com todas as especificações do objeto da licitação conforme anexo 01 deste edital.

c) inserção no sistema do valor inicial de cada **item** e a respectiva marca do produto (digitando “produto sem marca” quando for o caso, ex. serviços).

03.9 De acordo com a súmula 13/2008 STF, é vedada a participação de Pessoa Física ou Jurídica que, dentre seus dirigentes, sócios ou responsável legal, possua grau de parentesco com ocupante de cargo de Direção ou Assessoramento na Administração Direta ou Indireta do Município de Cajati/SP.

O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº. 10.520/2002.

#### **04 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

04.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

#### **CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL**

04.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **3.8 “a”**, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no sistema de compras do site: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).

04.3 A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de corretora contratada para representá-lo, ou diretamente pela BLL, que deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

04.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

04.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

04.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

04.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

#### **DA PARTICIPAÇÃO**

04.8 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou diretamente do licitante) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

04.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

04.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909, e-mail: contato@bll.org.br, ou através de uma corretora de mercadorias associada.

#### **ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

04.11 A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;

04.12 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

04.13 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o **item**.

04.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

04.15 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

04.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;

04.17 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (Chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão;

04.18 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será



automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances; (FECHAMENTO RANDÔMICO).

04.18.1 Devido a imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderão resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;

04.19 O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

04.20 O pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública.

04.21 Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 – Estatuto de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e alterações.

Artigo 44: Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para a microempresa e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Artigo 45: Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio.

04.22 Os documentos relativos à habilitação, solicitados no Item 07 deste Edital, deverão ser remetidos via fax para o telefone (13) 3854-8700 ou PREFERENCIALMENTE via correio eletrônico para o e-mail [compras@cajati.sp.gov.br](mailto:compras@cajati.sp.gov.br) no prazo máximo de até 03 (três) horas a contar do término da sessão virtual, com posterior encaminhamento dos originais ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para o recebimento dos mesmos por esta comissão, contados da data da sessão pública virtual, com a proposta de preços escrita, para a Prefeitura Municipal de Cajati - SP, Divisão de Compras e Licitações – Pregão eletrônico

Endereço: Praça do Paço Municipal, nº 10, Bairro Centro, CEP 11950-000, Cajati/SP.

Pregoeiro: Leandro de Moraes

E-mail: [compras@cajati.sp.gov.br](mailto:compras@cajati.sp.gov.br)

Fone: (13) 3854-8700

04.23 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 10.2, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;



04.24 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nesta etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;

04.25 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação;

04.26 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

## **05 – PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

05.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

05.1.1 No preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, conter as especificações as marcas e os modelos dos produtos ofertados, validade da proposta, de acordo com o que for solicitado nas especificações dos produtos para cada item do anexo 01 (um) deste edital. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações as marcas e os modelos dos produtos, conforme o que for solicitado nas especificações dos produtos para cada item do anexo 01 (um) deste edital, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informações suficientes para classificação da proposta.

05.1.2 A Empresa não poderá ser identificada na proposta eletrônica de nenhuma forma, sob pena de desclassificação de sua proposta.

05.1.3 Caso haja ausência de informações sobre os produtos ofertados na proposta inicial de preços, estas informações serão conferidas através dos catálogos enviados, sendo as informações claras e atendendo ao edital será aceita a proposta, com exceção da falta de informação quanto a marca e modelo dos produtos ofertados, conforme o que for solicitado no(s) item(s) do anexo 01 deste edital, a falta desta informação implicará na desclassificação da proposta.

05.1.4 Na hipótese do licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte será necessária a informação deste regime fiscal no campo próprio da ficha técnica, sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

05.2 O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no anexo 01 deste edital.

05.3 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão, propostas com prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias serão desclassificadas.

## **06 – PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO**

06.1 A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro, com a documentação de habilitação, a Proposta de preços escrita Anexo 03 do edital, com os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 04.22, deste Edital;

06.1.1 Na proposta final Anexo 03 a empresa vencedora deverá apresentar a readequação de cada item ao novo valor proposto.



Na proposta escrita, deverá conter:

a) Os valores dos impostos já deverão estar incorporados e somados ao valor do produto ou destacados;

b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

c) Especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no anexo 01 deste Edital. Deverá ser informada a marca do produto ofertado e o modelo do produto ofertado quando for este solicitado nas especificações dos produtos constantes nos itens do anexo 01 (um) deste edital;

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

06.2 Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o menor valor unitário por item;

06.3 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado neste Edital;

06.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;

06.5 Serão rejeitadas as propostas que:

06.5.1 Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários;

06.5.2 Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado;

06.5.3 Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexeqüíveis, por decisão do Pregoeiro;

06.5.4 Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

## **07 - HABILITAÇÃO**

### **07.1 DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO**

#### **Para comprovação da habilitação jurídica:**

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

d) declaração de idoneidade apresentada de acordo com o modelo constante no Anexo 02

e) declaração de enquadramento em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – Anexo 04

f) declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho – Anexo 07

g) declaração de não parentesco e quadro societário – Anexo 08

Os documentos exigidos nas alíneas “a e b”, deste item, poderão ser substituídos pela Certidão Simplificada da Junta Comercial, ou fotocópias autenticadas dos extratos da Junta Comercial, devidamente publicados no Diário Oficial, indicando e relacionando os representantes legais e a composição acionária da empresa.

#### **Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;



- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do Licitante, ou de outra equivalente, na forma da Lei;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**Para comprovação da qualificação econômico-financeira:**

a - Certidão negativa dos cartórios de registros de falências e concordatas, expedida pelo cartório distribuidor do local da sede da proponente, há menos de 180 (cento e oitenta) dias da data marcada para o processo licitatório. . Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão inferior a 180 (cento e oitenta) dias da entrega dos envelopes; **b** - Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão inferior a 180 (cento e oitenta) dias da entrega dos envelopes, ou nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Comissão solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

**08 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

08.1 Para julgamento será adotado o critério de menor valor unitário por item, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;

08.2 O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

08.3 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá este procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

08.4 Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 04.23 e 04.24 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço;

08.5 De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

08.6 Deverá ser emitida pelo sistema eletrônico de pregão a COV-Confirmação de Venda, contendo as qualificações e especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado.





## **09 – AMOSTRAS**

09.1 O licitante vencedor da disputa de lances deverá encaminhar amostra referentes aos lotes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, em embalagem original, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o presente edital como Anexo I, devidamente lacrada e etiquetada, com o número do lote, nome da empresa e número do Pregão Eletrônico.

09.2 As amostras serão analisadas por uma comissão composta de servidores da Prefeitura do Município de Cajati - SP;

09.3 A avaliação consistirá na verificação e comprovação se o produto ofertado atende as especificações contidas no edital, seja nas medidas, no tipo do material, composição ou outra característica essencial ao seu perfeito funcionamento;

09.4 As amostras não deverão ser cobradas em espécie e tampouco descontadas em valores dos produtos a serem fornecidos.

09.5 As amostras aprovadas serão catalogadas e fotografadas e servirão de parâmetro no recebimento dos produtos.

09.6 – As amostras reprovadas permanecerão à disposição dos licitantes para sua retirada durante o período de 30 (trinta) dias corridos. Após este período, as amostras serão descartadas.

## **10 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS**

10.1 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

10.2 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

10.3 A falta de manifestação imediata no momento e tempo estipulado durante a licitação e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

10.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

10.5 Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

10.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7 As impugnações e recursos deverão ser protocolados pela proponente ou seu representante legal na Seção de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Cajati/SP localizada à Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro. A comissão só apreciará as impugnações e recursos que forem protocolados e dirigidos ao pregoeiro.

10.8 – Não serão aceitas impugnações e recursos enviadas por fax ou outro meio eletrônico;

10.9 – As impugnações e recursos enviados pelo Correio ou outro meio de transporte serão de inteira responsabilidade do licitante.

10.10 – Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

## **11 – MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 A ADJUDICATÁRIA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) O descumprimento dos prazos fixados para a entrega, parcelada ou total, dos bens e materiais adquiridos implicará a aplicação de multa diária de 0,1% (hum décimo por cento) sobre o valor correspondente a parcela em atraso por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 02% (dois por cento) do total da parcela em atraso.



b) Decorridos 03 (três) dias de atraso, há bem do interesse público, poderá o atraso ser considerado descumprimento total ou parcial da obrigação, recusando-se a receber os bens ou materiais, aplicando a multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor corrigido correspondente a parte da obrigação contratual não cumprida, em caso de descumprimento parcial do contrato, multa de 05% (cinco por cento) do valor global corrigido do contrato, em caso de descumprimento total do contrato.

11.2 Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Prefeitura Municipal de Cajati/SP, pelo infrator:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, prevista no art. 07 (sétimo) da Lei 10.520/02;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

10.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## 12 – REAJUSTAMENTO

12.1 Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei 9.069, de 29.6.1995 e legislação pertinente, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

12.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

12.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pela Prefeitura do Município de Cajati para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

## 13 – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A presente licitação não importa necessariamente em registro, podendo a Prefeitura Municipal de Cajati/SP revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Cajati/SP poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

13.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

13.3 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

13.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

13.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.6 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

13.7 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado;

13.8 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

13.9 Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada;

13.10 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da cidade de Jacupiranga, Estado de São Paulo;

13.11 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados nos seguintes horários: das 7h30min até as 13h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Divisão de Compras e Licitações, na Praça do Paço Municipal, nº 10- Centro – Cajati - SP, telefones (13) 3854-8700 para mais esclarecimentos;

13.12 A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

13.13 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário;

13.14 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

Cajati, 17 de julho de 2019.

**JAILTON PEREIRA DOS SANTOS**  
Chefe da Seção de Licitações

**TARCISIO ANTUNES DUARTE**  
Diretor do Departamento de  
Administração

**LUCIVAL JOSÉ CORDEIRO**  
Prefeito Municipal



ANEXO 01 – Especificações dos Produtos e Condições de Entrega E Pagamento.  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2019

OBJETO – Tem por objeto o presente Edital de Pregão Eletrônico, a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), REPELENTE E CREME BLOQUEADOR SOLAR PARA USO DOS SERVIDORES DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA MUNICIPALIDADE CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ATRAVÉS DE SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**, com as características descritas neste anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO (MÉDIO ORÇADO)
1	Proteção de membro inferior calçado de segurança tipo botina, modelo blatt, confeccionado em microfibras hidrofugadas, cor preto, dorso em material sintético com espuma em PU e forrado em não tecido, forração interna total em não tecido e manta dublada, possui costuras simples, duplas e quádruplas, palmilha de montagem sintética sistema "Strobel", palmilha de conforto em EVA antimicrobiana, solado bidensidade em duas camadas de PU expandido injetado direto no cabedal resistente a óleo combustível, biqueira plástica somente para conformação, calce rápido com fechamento em elástico lateral, contraforte em material resinado termoconformado, numeração disponível do 33 ao 47, cabedal resistente a penetração e absorção de água (WRU) ter certificado de aprovação expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante com certificações ISO e possui certificações ABNT ISO 9001, ABNT NBR ISO 20.344/2008, ABNT NBR ISO 20.347/2008	Par	600	R\$ 96,15
2	Proteção de membro inferior calçado de segurança tipo tênis, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com tecnologia antimicrobiana, em cores variadas, solado em borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento, óleo combustível e contra umidade, palmilhas com bactericida, com numeração do 34 ao 45. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, possuir certificação ABNT NBR ISO 20.347/2015 e também atender a norma regulamentadora nº 32	Par	500	R\$ 83,32
3	Proteção de membro inferior, calçado de segurança tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível do 34 ao 46; cor preta; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em	Par	150	R\$ 52,00

**Divisão de Compras e Licitações**

(13) 3854-8700

compras@cajati.sp.gov.br



Prefeitura

**CAJATI**

EDUCAR PARA CRESCER.

	uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, material, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.			
4	Proteção de membro inferior, calçado de segurança tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível do 34 ao 46; cor branca; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	Par	100	R\$ 54,00
5	Proteção do sistema de visão tipo óculos de segurança, com lentes na cor cinza, incolor, amarelo e verde, constituído de armação e visor em policarbonato altamente resistente à risco, antiembaçante, suas hastes são do tipo espátula, seu formato e leveza proporcionam grande conforto ao usuário, protegem contra raios UVA e UVB, ter certificado de provação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO, ANSI. 87.1/2003	Unidade	400	R\$ 10,88
6	Proteção do aparelho auditivo tipo "PLUG", composto por três flanges, confeccionadas em silicone material lavável para higienização, antialérgico e atóxico, possuir cordão de ligação entre os "PLUG's", aplicado a serviços que a atividade sonora seja superior aos limites estabelecidos na NR 15 anexos I e II. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 16. Possuir certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO.	Unidade	150	R\$ 4,43
7	Proteção do aparelho auditivo do tipo abafador de ruídos tipo concha para proteção sonora superiores aos estabelecidos na NR 15 anexo I e II, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e interior. Possui haste em plástico rígido que mantém as conchas firmemente seladas contra	Unidade	100	R\$ 30,00



	o crânio protegendo a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Possui haste com superfície lisa que minimiza o acúmulo de sujeira; conchas e partes acopláveis que permitem sua higienização completa. Não possuir peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 20. Certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.			
8	Proteção das vias respiratórias do usuário tipo respirador classe PFF2. Indicação dos filtros PFF2 para proteção contra névoas de pesticidas com baixa pressão de vapor e odores de vapores orgânicos em baixa concentração. Respirador CLASSE PFF2, tipo filtro químico de baixa capacidade, cor externa azulada, modelo dobrável com fechamento em dois elásticos, com solda térmica em todo seu perímetro, tamanho único, confeccionado com manta sintética. Ajuste nasal em material metálico moldável. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao MTE, marcação na parte interna e o fabricante ISO 9001 e Inmetro.	Unidade	300	R\$ 4,10
9	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha natural (látex), reforçada, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, cano longo, tamanhos disponíveis 8”(M), 9”(G) e 10”(XG), níveis de desempenho contra riscos mecânicos e químicos. Deve atender as normas MT 11:1977, BS EN 688:2003 e EN 420:2003. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao MTE.	Par	400	R\$ 11,93
10	Proteção de membro superior tipo luva de segurança, confeccionada em algodão, punho elastizado em material sintético, com banho de borracha natural na face palmar, modelo corrugado, palma e dedos, conferindo ação antiderrapante. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Deve atender nas normas EN 388:2003 pictograma 1142 e EN 420:2003, e possuir certificado de aprovação junto ao MTE.	Par	500	R\$ 9,60
11	Proteção de membro superior tipo luva de segurança tricotada em algodão, poliéster e elastômero com revestimento antiderrapante vulcanizado, em formato de diamante, de látex natural na palma, face palmar dos dedos e nas pontas dos dedos, com reforço de borracha natural entre os dedos polegar e indicador, punho	Par	400	R\$ 11,35

	tricotado em algodão, acabamento em overloque. Deve atender as normas EN 488:2016 pictograma 3242 e EN 407:2004, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.			
12	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, punho longo. Deve atender as exigências conforme EN 420, EN 388 e EN 374, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Par	200	R\$ 18,98
13	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento em borracha foam (espuma) em formato de gomos. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 2542 e ISO 10819:2013, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Par	50	R\$ 49,00
14	Proteção do tronco contra umidade, tipo blusão impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; fechamento através de botão de pressão plásticos; deverá possuir mangas compridas e capuz acoplado; espessura: 0,40 a 0,42 mm. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do trabalho.	Unidade	300	R\$ 63,48
15	Proteção de membro inferior tipo calça impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; possuir cadarço de algodão para fechamento na cintura; espessura: 0,40 a 0,42 mm. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do trabalho.	Unidade	300	R\$ 65,23
16	Proteção do crânio contra impactos de objetos, tipo capacete de segurança com aba frontal, classe B, em diversas cores, composto de casco e sistema de suspensão tipo carneira. A suspensão é composta por cintas de material plástico cruzado e com absorvedor de suor, fixa ao casco através de encaixe, com regulagem através de ajuste simples, na cor branca. Há carneira se acoplada uma tira jugular plástica ou nylon, para trabalhos em altura como estabelece a NR 35. Certificações ABNT NBR 8221:2003. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho e selo do Inmetro.	Unidade	250	R\$ 23,98

17	Proteção do tronco do usuário, avental de segurança confeccionado em couro tipo raspa, com fechamento lateral em tiras de couro e fivelas de metal para ajustes lateralmente e pescoço, conforme NBR 13335/01, com passador no pescoço em tiras do mesmo material, medindo 120x60cm, avental em material sem emenda, cor de couro, normas ISO 11.611:2007. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Unidade	50	R\$ 37,23
18	Proteção a insolação solar tipo chapéu, confeccionado em tecido brim leve, de cores variadas, modelo australiano, com costuras reforçadas quántuplas na aba, botões em metal para prender as laterais da aba a estrutura do chapéu, cordão de nylon par fixação a cabeça e cone plástico para posicionamento, para maior proteção, possui touca árabe nas laterais com comprimento abaixo do obro (30 cm) fabricado no mesmo material e fechamento a frente com botão ou velcro, material isento de certificado de aprovação pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Unidade	200	R\$ 43,98
19	Creme bloqueador solar fator 60, que protege a pele contra a ação nociva das radiações ultravioleta UVA e UVB, contém vitamina E, resistente à água durante 3 horas, hipoalergênico, não oleoso, acondicionado em bisnaga de 120g, possui poder de hidratação da pele, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Bisnaga	1200	R\$ 30,23
20	Repelente contra insetos em embalagem com “SPRAY”, dermatologicamente testado, conteúdo de 160ml, atóxico, indicado para trabalhadores expostos a picada de inseto, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Frasco	1200	R\$ 30,23
21	Proteção das vias respiratórias do usuário contra agentes químicos, respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo da máscara é feito de EPDM durável e não agressivo a pele, com vedação da face em duas camadas e bordas triplas, que oferece vedação segura e confortável para todos os tipos de rostos. Visor de plexiglas PMMA com ângulo de 180° à prova de arranhões e isento de distorções garante um amplo campo de visão e vista panorâmica. Sistema de ventilação eficiente,	Unidade	10	R\$ 963,33



	com peças internas separadas, evita embaçamento das lentes e garante boa visão. Tirante de 5 pontos para a cabeça não somente garante que a máscara possa ser colocada de forma rápida e fácil, como também é suficientemente largo para evitar quaisquer pontos de pressão na cabeça do usuário. Deve possuir certificado de aprovação junto ao MTE.			
22	Peça para reposição, cartucho combinado tipo filtro químico. Todos os filtros são marcados com CE, em conformidade com a EN 14.387 e/ou EN 146:2000. Este deve ser compatível com o respirador a ser adquirido conforme item 21.	Unidade	15	R\$ 93,73

**PAGAMENTO**

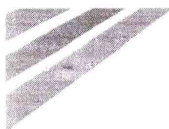
a) O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, contados da apresentação da nota fiscal fatura.

b) As notas fiscais faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data de sua apresentação válida.

c) O pagamento será feito mediante crédito em conta-corrente em nome da contratada em banco por ela indicado.

d) Os recursos orçamentários correrão por conta da dotação orçamentária: da Prefeitura do Município de Cajati – SP

e) O local de entrega dos materiais será no Almoxarifado Central, na Rua Frutuoso Pereira de Moraes, s/nº - Bico do Pato – Cajati – SP, no horário das 13:30 às 17:00 horas no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



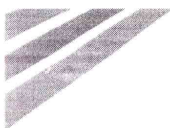
### TERMO DE REFERÊNCIA

A Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego diz que Equipamento de Proteção Individual - EPI, é todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho e que devem ser de fabricação nacional ou importado, com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

A fim de que possamos ter produtos de qualidade, e que possibilitem o bem-estar e segurança ao servidor que fará uso dos mesmos, solicito que sejam incluídos alguns critérios no edital do Pregão com relação às amostras e suas avaliações:

- As empresas licitantes deverão apresentar 01 (uma) amostra de cada item cotado, devidamente identificado com o nome da empresa, de acordo com a especificação constante no Termo de Referência
- As amostras deverão estar dentro da embalagem original, não havendo necessidade de ser apresentada a embalagem completa, uma única unidade, dentro de sua embalagem original será considerada válida.
- Somente serão analisadas as amostras, para fins de verificação de conformidade com as especificações mínimas exigidas no edital, ocasião em que será emitido o parecer de aprovação ou reprovação das amostras para cada item ofertado.
- A análise das amostras será realizada pelo SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do município.
- Os critérios a serem utilizados para a análise das amostras serão os seguintes: conformidade das especificações solicitadas no edital, durabilidade, manuseio, falhas de fabricação, acabamento, rendimento, resistência, segurança e gramatura. Todos os produtos deverão proporcionar condições de segurança e conforto de forma a garantir a qualidade e deverão

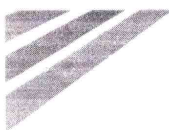




atender as normas do INMETRO, ABNT e as demais especificadas na descrição dos itens.

- As marcas dos produtos ofertados na proposta deverão ser as mesmas das amostras e também durante a vigência da Ata.
- As amostras dos vencedores não serão devolvidas.
- Os Equipamentos de Proteção Individual fornecidos deverão ter no máximo 01 ano de fabricação até a data de fornecimento para a Prefeitura, sendo assim, todos os Equipamentos fornecidos com data superior de 01 ano até a entrega, serão devolvidos a empresa.

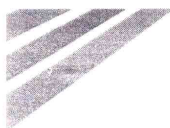




ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Proteção de membro inferior calçado de segurança tipo botina, modelo blatt, confeccionado em microfibrã hidrofugada, cor preto, dorso em material sintético com espuma em PU e forrado em não tecido, forração interna total em não tecido e manta dublada, possui costuras simples, duplas e quádruplas, palmilha de montagem sintética sistema "Strobel", palmilha de conforto em EVA antimicrobiana, solado bidensidade em duas camadas de PU expandido injetado direto no cabedal resistente a óleo combustível, biqueira plástica somente para conformação, calce rápido com fechamento em elástico lateral, contraforte em material resinado termoconformado, numeração disponível do 33 ao 47, cabedal resistente a penetração e absorção de água (WRU), ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, fabricante com certificações ISO e possui certificações: ABNT ISO 9001, ABNT NBR ISO 20.344/2008, ABNT NBR ISO 20.347/2008.	600 (pares)
02	Proteção de membro inferior, calçado de segurança tipo tênis, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com tecnologia antimicrobiana, em cores variadas, solado em borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento, óleo combustível e contra umidade, palmilhas com bactericida, com numeração do 34 ao 45. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, possuir certificação ABNT NBR ISO 20.347/2015 e também atender a Norma Regulamentadora nº 32.	500 (pares)
03	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor preta; cano longo 34 em referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrilica para maior resistência química, material, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	150 (pares)
04	Proteção de membro inferior calçado de segurança, tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível 34 a 46; cor branco; cano longo 34 em referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrilica para maior resistência química, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	100 (pares)

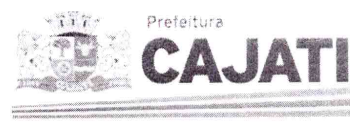
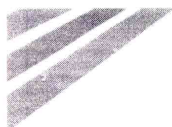
RUA ANTÔNIO DOMINGUES BRECHÓ Nº 116 – CENTRO – CEP: 11950-000 - CAJATI/SP  
 SITE: [www.cajati.sp.gov.br](http://www.cajati.sp.gov.br) | FONE: (13) 3854-3116  
 E-MAIL: [segurancadotrabalho@cajati.sp.gov.br](mailto:segurancadotrabalho@cajati.sp.gov.br)





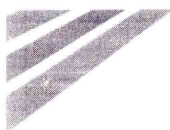
05	Protetor do sistema da visão tipo óculos de segurança, com lentes nas cores cinza, incolor, amarelo e verde, constituído de armação e visor em policarbonato altamente resistente a risco, antiembaçante, suas hastes são do tipo espátula, seu formato e leveza proporcionam grande conforto ao usuário, protegem contra raios UVA e UVB, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO, ANSLZ. 87.1/2003.	400 (unidades)
06	Proteção do aparelho auditivo do tipo “PLUG”, composto por três flanges, confeccionadas em silicone material lavável para higienização, antialérgico e atóxico, possuir cordão de ligação entre os “PLUG’s”, aplicado a serviços que a atividade sonora seja superior aos limites estabelecidos na NR 15 anexo I e II. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 16. Possuir certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO.	150 (unidades)
07	Proteção do aparelho auditivo do tipo abafador de ruídos tipo concha para proteção sonora superiores aos estabelecidos na NR 15 anexo I e II, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e interior. Possui haste em plástico rígido que mantém as conchas firmemente seladas contra o crânio protegendo a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Possui haste com superfície lisa que minimiza o acúmulo de sujeira; conchas e partes acopláveis que permitem sua higienização completa. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 20. Certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	100 (unidades)
08	Proteção das vias respiratórias do usuário tipo respirador classe PFF2. Indicação dos filtros PFF2 para proteção contra névoas de pesticidas com baixa pressão de vapor e odores de vapores orgânicos em baixa concentração. Respirador CLASSE PFF2, tipo filtro químico de baixa capacidade, cor externa azulada, modelo dobrável com fechamento em dois elásticos, com solda térmica em todo seu perímetro, tamanho único, confeccionado com manta sintética. Ajuste nasal em material metálico moldável. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao MTE, marcação na parte interna e o fabricante ISO 9001 e Immetro.	300 (unidades)
09	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha natural (látex), reforçada, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, cano longo, tamanhos disponíveis 8”(M), 9”(G) e 10”(XG), níveis	400 (pares)





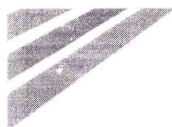
	de desempenho contra riscos mecânicos e químicos. Deve atender as normas MT 11:1977, BS EN 688:2003 e EN 420:2003. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao MTE.	
10	Proteção de membro superior tipo luva de segurança, confeccionada em algodão, punho elastizado em material sintético, com banho de borracha natural na face palmar, modelo corrugado, palma e dedos, conferindo ação antiderrapante. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Deve atender nas normas EN 388:2003 pictograma 1142 e EN 420:2003, e possuir certificado de aprovação junto ao MTE.	500 (pares)
11	Proteção de membro superior tipo luva de segurança tricotada em algodão, poliéster e elastômero com revestimento antiderrapante vulcanizado, em formato de diamante, de látex natural na palma, face palmar dos dedos e nas pontas dos dedos, com reforço de borracha natural entre os dedos polegar e indicador, punho tricotado em algodão, acabamento em overloque. Deve atender as normas EN 488:2016 pictograma 3242 e EN 407:2004, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	400 (pares)
12	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, punho longo. Deve atender as exigências conforme EN 420, EN 388 e EN 374, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	200 (pares)
13	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em fibras naturais e sintéticas, revestimento em borracha foam (espuma) em formato de gomos. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 2542 e ISO 10819:2013, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	50 (pares)
14	Proteção do tronco contra umidade, tipo blusão impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; fechamento através de botão de pressão plásticos; deverá possuir mangas compridas e capuz acoplado; espessura: 0,40 a 0,42 mm. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do trabalho.	300 (unidades)
15	Proteção de membro inferior tipo calça impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; possuir cadarço de algodão para fechamento na cintura; espessura: 0,40 a 0,42 mm. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do trabalho.	300 (unidades)
16	Proteção do crânio contra impactos de objetos, tipo capacete de segurança com aba frontal, classe B, em diversas cores, composto de casco e sistema de suspensão tipo	250 (unidades)





	carneira. A suspensão é composta por cintas de material plástico cruzado e com absorvedor de suor, fixa ao casco através de encaixe, com regulagem através de ajuste simples, na cor branca. Há carneira se acoplada uma tira jugular plástica ou nylon, para trabalhos em altura como estabelece a NR 35. Certificações ABNT NBR 8221:2003. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho e selo do Inmetro.	
17	Proteção do tronco do usuário, avental de segurança confeccionado em couro tipo raspa, com fechamento lateral em tiras de couro e fivelas de metal para ajustes lateralmente e pescoço, conforme NBR 13335/01, com passador no pescoço em tiras do mesmo material, medindo 120x60cm, avental em material sem emenda, cor de couro, normas ISO 11.611:2007. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	50 (unidades)
18	Proteção a insolação solar tipo chapéu, confeccionado em tecido brim leve, de cores variadas, modelo australiano, com costuras reforçadas quintuplas na aba, botões em metal para prender as laterais da aba a estrutura do chapéu, cordão de nylon par fixação a cabeça e cone plástico para posicionamento, para maior proteção, possui touca árabe nas laterais com comprimento abaixo do obro (30 cm) fabricado no mesmo material e fechamento a frente com botão ou velcro, material isento de certificado de aprovação pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	200 (unidades)
19	Creme bloqueador solar fator 60, que protege a pele contra a ação nociva das radiações ultravioleta UVA e UVB, contém vitamina E, resistente à água durante 3 horas, hipoalergênico, não oleoso, acondicionado em bisnaga de 120g, possui poder de hidratação da pele, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	1200 (bisnagas)
20	Repelente contra insetos em embalagem com “SPRAY”, dermatologicamente testado, conteúdo de 160ml, atóxico, indicado para trabalhadores expostos a picada de inseto, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	1200 (unidades)
21	Proteção das vias respiratórias do usuário contra agentes químicos, respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo da máscara é feito de EPDM durável e não agressivo a pele, com vedação da face em duas camadas e bordas triplas, que oferece vedação segura e confortável para todos os tipos de rostos. Visor de plexiglas PMMA com ângulo de 180º à prova de arranhões e isento de distorções garante um amplo campo	10 (unidades)





	de visão e vista panorâmica. Sistema de ventilação eficiente, com peças internas separadas, evita embaçamento das lentes e garante boa visão. Tirante de 5 pontos para a cabeça não somente garante que a máscara possa ser colocada de forma rápida e fácil, como também é suficientemente largo para evitar quaisquer pontos de pressão na cabeça do usuário. Deve possuir certificado de aprovação junto ao MTE.	
22	Peça para reposição, cartucho combinado tipo filtro químico. Todos os filtros são marcados com CE, em conformidade com a EN 14.387 e/ou EN 146:2000. Este deve ser compatível com o respirador a ser adquirido conforme item 21.	15 (unidades)





**ANEXO 02 – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2019**

ANEXO 02 - (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº. (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO 03 - CARTA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO**

A Prefeitura Municipal de Cajati/SP

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2019 – Carta Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1 IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA

2 CONDIÇÕES GERAIS

2.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total dos itens, de acordo com o anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, a partir da data da sessão de lances.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Os produtos deste pregão deverão ser entregues imediatamente após o recebimento da cópia da nota de empenho, com tolerância máxima de até 10 (dez) dias, em entrega única.

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

local e data

assinatura e carimbo da proponente

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



**ANEXO 04 – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2019**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº., sediada, (Endereço Completo) Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou(amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

**ANEXO 05 - PROCURAÇÃO - Nomeação de representantes Legal****TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

I. tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

IV. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I; e pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5. **(cláusula facultativa - para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorgas plenas poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

I. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

II. apresentar lance de preço;

II. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

- IV. solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- VI. apresentar e retirar documentos;
- VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII. assinar documentos relativos às propostas;
- IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6. O presente Termo de Adesão é válido até \_\_/\_\_/\_\_, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações  
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)  
Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
2	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
RESPONSÁVEL FINANCEIRO	
3	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:

O Licitante reconhece que:

I. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

III. Perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

**ANEXO 06 - FICHA TECNICA DESCRITIVA DO OBJETO**

Ficha Técnica Descritiva do Objeto
Número do edital:
Órgão comprador:
Marca e modelo do produto: (DEVE CONSTAR E NÃO O TERMO CONFORME PROPOSTA EM ANEXO)
Especificação do produto:
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):
Preço inicial para o item (em R\$):
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)].
Data:

Observação: por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.

Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati – SP (11950-000).

A/C PREGOEIRO, Leandro de Moraes

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 106/2019

TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

**OBJETO:** A presente licitação tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), REPELENTES E CREME BLOQUEADOR SOLAR PARA USO DOS SERVIDORES DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA MUNICIPALIDADE CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ATRAVÉS DE SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)** com as características descritas abaixo:

**ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS**

Item	Produto	Quantidade	Unidade	Marca	R\$ unitário	R\$ total
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						

**ANEXO 07 – DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2019

Modelo Declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho  
(timbre da empresa)

Ao

Órgão de Cadastro

**DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

(nome da pessoa jurídica), inscrita no C.N.P.J, endereço, por intermédio de seu representante legal; (nome completo), portador da Carteira de identidade RG nº e do CPF nº da empresa interessada em participar no(s) processo(s) licitatório(s) da Prefeitura Municipal de São Sepé – declara, para os fins do disposto no Inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa proponente



**ANEXO 08 - DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO E QUADRO SOCIETÁRIO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2019

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., **DECLARA**, para fins do disposto no Acórdão nº. 1127/09, que não tem parentesco com nenhum dos Servidores investidos em cargo de direção ou assessoramento, em atividade, desta Prefeitura Municipal de Cajati/SP. Declaro ainda, que os sócios da mesma empresa também não possuem tal parentesco.

NOME DO SÓCIO	CPF	RG	FUNÇÃO (MEMBRO OU REPRESENTANTE LEGAL)	TIPO DE REGISTRO (CARTÓRIO DE REGISTRO OU JUNTA COMERCIAL)	DATA REGISTRO DO CONTRATO SOCIAL	Nº REGISTRO CONTRATO SOCIAL

**OBSERVAÇÃO:** Informar todos os campos do quadro societário conforme última alteração do Contrato Social

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa proponente

**ANEXO 09 – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2019****PROCESSO Nº 059310/2019****VALIDADE: 12 (Doze) MESES**

Aos ..... dias do mês de ..... de 2019, na ..... em ....., por seus representantes legais, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos n.º 3.555, de 08 de agosto de 2001; n.º 3.784, de 06 de abril de 2001; n.º 7.892, de 25 de janeiro de 2013; n.º 4.342, de 23 de agosto de 2002; e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 106/2019, resultado da licitação, publicado no Diário Oficial do Estado e homologado pelo Prefeito Municipal de Cajati, as fls. .... do processo em referência, **RESOLVE** registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela(s) empresa(s): Lote 01: 1)..... 2).....3)....., Lote 02: 1)..... 2).....3)....., etc. (preencher o 2º, 3º, etc., lugares se as empresas quiserem registrarem-se ao preço do 1º colocado) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificadas(s) em 1º, 2º e 3º lugar(es), respectivamente, no certame.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**REGISTRO DE PREÇOS** para Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), repelentes e creme bloqueador solar para uso dos servidores dos diversos Departamentos da Municipalidade conforme Termo de Referência, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	Proteção de membro inferior calçado de segurança tipo botina, modelo blatt, confeccionado em microfibra hidrofugada, cor preto, dorso em material sintético com espuma em PU e forrado em não tecido, forração interna total em não tecido e manta dublada, possui costuras simples, duplas e quádruplas, palmilha de montagem sintética sistema "Strobel", palmilha de conforto em EVA antimicrobiana, solado bidensidade em duas camadas de PU expandido injetado direto no cabedal resistente a óleo combustível, biqueira plástica somente para conformação, calce rápido com fechamento em elástico lateral, contraforte em material resinado termoconformado, numeração disponível do 33 ao 47, cabedal resistente a penetração e absorção de água (WRU) ter certificado de aprovação expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante com certificações ISO e	Par	600		

	possui certificações ABNT ISO 9001, ABNT NBR ISO 20.344/2008, ABNT NBR ISO 20.347/2008				
2	Proteção de membro inferior calçado de segurança tipo tênis, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, confeccionado em EVA, com tecnologia antimicrobiana, em cores variadas, solado em borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento, óleo combustível e contra umidade, palmilhas com bactericida, com numeração do 34 ao 45. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, possuir certificação ABNT NBR ISO 20.347/2015 e também atender a norma regulamentadora nº 32	Par	500		
3	Proteção de membro inferior, calçado de segurança tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível do 34 ao 46; cor preta; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, material, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	Par	150		
4	Proteção de membro inferior, calçado de segurança tipo bota impermeável, sem forro; com numeração disponível do 34 ao 46; cor branca; cano longo 34 cm referência ao tamanho número 40, confeccionada em policloreto de vinila injetado em uma só peça, solado antiderrapante, PVC reforçado com massa nitrílica para maior resistência química, ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR ISO 20347:2008; ABNT NBR ISO 20344:2008.	Par	100		
5	Proteção do sistema de visão tipo óculos de segurança, com lentes na cor cinza, incolor, amarelo e verde, constituído de armação e visor em policarbonato altamente resistente à risco, antiembaçante, suas hastes são do tipo espátula, seu formato e leveza proporcionam grande conforto ao usuário,	Unidade	400		

	protegem contra raios UVA e UVB, ter certificado de provação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO, ANSI. 87.1/2003				
6	Proteção do aparelho auditivo tipo "PLUG", composto por três flanges, confeccionadas em silicone material lavável para higienização, antialérgico e atóxico, possuir cordão de ligação entre os "PLUG's", aplicado a serviços que a atividade sonora seja superior aos limites estabelecidos na NR 15 anexos I e II. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 16. Possuir certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, fabricante possui certificações: ABNT NBR, ISO.	Unidade	150		
7	Proteção do aparelho auditivo do tipo abafador de ruídos tipo concha para proteção sonora superiores aos estabelecidos na NR 15 anexo I e II, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e interior. Possui haste em plástico rígido que mantém as conchas firmemente seladas contra o crânio protegendo a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Possui haste com superfície lisa que minimiza o acúmulo de sujeira; conchas e partes acopláveis que permitem sua higienização completa. Não possui peça alguma metálica deste modo pode ser utilizada em aplicações com risco elétrico. Grau de atenuação NRRfs 20. Certificações ANSI. S. 12.6:1997. O produto deverá ter certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho.	Unidade	100		
8	Proteção das vias respiratórias do usuário tipo respirador classe PFF2. Indicação dos filtros PFF2 para proteção contra névoas de pesticidas com baixa pressão de vapor e odores de vapores orgânicos em baixa concentração. Respirador CLASSE PFF2, tipo filtro químico de baixa capacidade, cor externa azulada, modelo dobrável com fechamento em dois elásticos, com solda	Unidade	300		

	térmica em todo seu perímetro, tamanho único, confeccionado com manta sintética. Ajuste nasal em material metálico moldável. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao MTE, marcação na parte interna e o fabricante ISO 9001 e Inmetro.				
9	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha natural (látex), reforçada, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, cano longo, tamanhos disponíveis 8”(M), 9”(G) e 10”(XG), níveis de desempenho contra riscos mecânicos e químicos. Deve atender as normas MT 11:1977, BS EN 688:2003 e EN 420:2003. Material deve possuir certificado de aprovação junto ao MTE.	Par	400		
10	Proteção de membro superior tipo luva de segurança, confeccionada em algodão, punho elastizado em material sintético, com banho de borracha natural na face palmar, modelo corrugado, palma e dedos, conferindo ação antiderrapante. Disponíveis nos tamanhos 7, 8, 9 e 10. Deve atender nas normas EN 388:2003 pictograma 1142 e EN 420:2003, e possuir certificado de aprovação junto ao MTE.	Par	500		
11	Proteção de membro superior tipo luva de segurança tricotada em algodão, poliéster e elastômero com revestimento antiderrapante vulcanizado, em formato de diamante, de látex natural na palma, face palmar dos dedos e nas pontas dos dedos, com reforço de borracha natural entre os dedos polegar e indicador, punho tricotado em algodão, acabamento em overloque. Deve atender as normas EN 488:2016 pictograma 3242 e EN 407:2004, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Par	400		
12	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, sem revestimento interno, antiderrapante na face palmar, punho longo. Deve atender as exigências conforme EN 420, EN 388 e EN 374, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Par	200		
13	Proteção de membro superior tipo luva de segurança confeccionada em fibras naturais	Par	50		



	e sintéticas, revestimento em borracha foam (espuma) em formato de gomos. Deve atender as normas EN 388:2003 pictograma 2542 e ISO 10819:2013, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho.				
14	Proteção do tronco contra umidade, tipo blusão impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; fechamento através de botão de pressão plásticos; deverá possuir mangas compridas e capuz acoplado; espessura: 0,40 a 0,42 mm. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do trabalho.	Unidade	300		
15	Proteção de membro inferior tipo calça impermeável confeccionado em PVC dupla face com trama em nylon; possuir cadarço de algodão para fechamento na cintura; espessura: 0,40 a 0,42 mm. Deve atender as exigências conforme Normas BS 3546:1977, possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do trabalho.	Unidade	300		
16	Proteção do crânio contra impactos de objetos, tipo capacete de segurança com aba frontal, classe B, em diversas cores, composto de casco e sistema de suspensão tipo carneira. A suspensão é composta por cintas de material plástico cruzado e com absorvedor de suor, fixa ao casco através de encaixe, com regulagem através de ajuste simples, na cor branca. Há carneira se acoplada uma tira jugular plástica ou nylon, para trabalhos em altura como estabelece a NR 35. Certificações ABNT NBR 8221:2003. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho e selo do Inmetro.	Unidade	250		
17	Proteção do tronco do usuário, avental de segurança confeccionado em couro tipo raspa, com fechamento lateral em tiras de couro e fivelas de metal para ajustes lateralmente e pescoço, conforme NBR 13335/01, com passador no pescoço em tiras do mesmo material, medindo 120x60cm, avental em material sem emenda, cor de couro, normas ISO	Unidade	50		

	11.611:2007. Deverá possuir certificado de aprovação válido expedido pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.				
18	Proteção a insolação solar tipo chapéu, confeccionado em tecido brim leve, de cores variadas, modelo australiano, com costuras reforçadas quántuplas na aba, botões em metal para prender as laterais da aba a estrutura do chapéu, cordão de nylon par fixação a cabeça e cone plástico para posicionamento, para maior proteção, possui touca árabe nas laterais com comprimento abaixo do obro (30 cm) fabricado no mesmo material e fechamento a frente com botão ou velcro, material isento de certificado de aprovação pelo Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Unidade	200		
19	Creme bloqueador solar fator 60, que protege a pele contra a ação nociva das radiações ultravioleta UVA e UVB, contém vitamina E, resistente à água durante 3 horas, hipoalergênico, não oleoso, acondicionado em bisnaga de 120g, possui poder de hidratação da pele, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Bisnaga	1200		
20	Repelente contra insetos em embalagem com “SPRAY”, dermatologicamente testado, conteúdo de 160ml, atóxico, indicado para trabalhadores expostos a picada de inseto, conforme exigências de segurança RDC 30/12 da ANVISA, Sociedade Brasileira de Dermatologia, produto isento de certificado de aprovação no Ministério da Economia – Secretaria do Trabalho.	Frasco	1200		
21	Proteção das vias respiratórias do usuário contra agentes químicos, respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo da máscara é feito de EPDM durável e não agressivo a pele, com vedação da face em duas camadas e bordas triplas, que oferece vedação segura e confortável para todos os tipos de rostos. Visor de plexiglas PMMA com ângulo de 180° à prova de arranhões e isento de distorções garante um amplo campo de visão e vista panorâmica. Sistema de ventilação eficiente, com peças internas separadas, evita embaçamento das	Unidade	10		

	lentes e garante boa visão. Tirante de 5 pontos para a cabeça não somente garante que a máscara possa ser colocada de forma rápida e fácil, como também é suficientemente largo para evitar quaisquer pontos de pressão na cabeça do usuário. Deve possuir certificado de aprovação junto ao MTE.				
22	Peça para reposição, cartucho combinado tipo filtro químico. Todos os filtros são marcados com CE, em conformidade com a EN 14.387 e/ou EN 146:2000. Este deve ser compatível com o respirador a ser adquirido conforme item 21.	Unidade	15		

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, durante o qual a Prefeitura do Município de Cajati não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 106/2019.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 106/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 106/2019, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será o solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor.

O local de entrega, em cada fornecimento, será no Almoxarifado Municipal, no horário das 13:30 horas às 17:00 horas.

### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente da adjudicatária, por ordem bancária, 15 (quinze) dias após o fornecimento e emissão da Nota fiscal, devidamente atestada pela **CONTRATANTE**.



## **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA**

Fornecer os produtos, estritamente de acordo com o Termo de Referência descrito no **Anexo VI**, bem como no prazo e quantitativo estabelecidos em solicitação expedida pela unidade requisitante, responsabilizando-se pela substituição das mesmas na hipótese de se constatar, quando do recebimento pela Prefeitura do Município de Cajati, estarem em desacordo com as referidas especificações.

Entregar os materiais no prazo preestabelecido e de acordo com as especificações;

Remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela Prefeitura do Município de Cajati.

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os impostos, taxas e encargos sociais relativos ao objeto contratado.

Remover, às suas expensas, todo produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e / ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente; Decorrido este prazo a empresa fica sujeita as sanções administrativas constantes no item 16.1 b.3 do edital;

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas no pregão e indicadas para registro dos respectivos preços, ensejará a aplicação das sanções previstas no item 16 do Edital.

As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo das demais cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 10.520/2002.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula Segunda, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei 9.069, de 29.6.1995 e legislação pertinente, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.



Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pela Prefeitura do Município de Cajati para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

#### **CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO MATERIAL**

O objeto desta licitação será recebido da seguinte forma:

a) Pela Comissão de Recebimento de Materiais, que procederá à conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento, assinando-se o canhoto do respectivo documento fiscal de entrega;

O recebimento pela Comissão de Recebimento de Materiais não exclui as responsabilidades civil e penal da adjudicatária.

A Entrega do produto cotado de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em sua proposta comercial, será no prazo estipulado no Termo de Referência do edital após a comprovação do recebimento da Nota de Empenho;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1. Cancelamento automático da ata de Registro de Preços:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados; ou
- c) pela Prefeitura do Município de Cajati, quando caracterizado o interesse público.

10.2. Cancelamento do registro do fornecedor:

- a) o fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- b) a pedido, quando:
  - I. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
  - II. o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.
- c) pela Administração, unilateralmente, quando:
  - I. não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - II. perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
  - III. por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado.
  - IV. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
  - V. não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preços;
  - VI. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado nos casos previstos no inciso II do sub-item 10.2 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

10.4. Frustradas as tentativas do sub-item anterior, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Estado, por 3 (três) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.



10.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no ato convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

10.6. Ocorrendo o cancelamento, far-se-á a reti-ratificação da ata de registro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 106/2019, e as propostas da empresa:....., classificada em 1º lugar, empresa: ....., classificada em 2º lugar e da empresa ....., classificada em 3º lugar (se houver e quiserem, ao preço do 1º colocado, assinar à ata).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da utilização da presente ATA, será a Comarca de Jacupiranga - SP, com exclusão de qualquer outro.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei n.º 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Cajati, de            2019.

**LUCIVAL JOSÉ CORDEIRO**  
Prefeito Municipal

**NOME DA EMPRESA**  
**Nome do Responsável pela assinatura da Ata**  
**RG / CPF**  
**Cargo na empresa**

